

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.

CNPJ 33.485.541/0001-06
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, do Banco Boavista Interatlântico S.A. (Banco Boavista), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, o Banco Boavista registrou Lucro Líquido de R\$ 129,3 milhões, correspondente a R\$ 50,34 por lote de mil ações Patrimônio Líquido de R\$ 2,7 bilhões e Ativos Totais de R\$ 2,8 bilhões.

Osasco, SP, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Boavista Interatântico S.A. (Boavista ou Instituição) é uma instituição financeira múltipla, que tem por objetivo efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio. O Boavista é parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas atividades conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiro e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das demonstrações contábeis elaboradas das 12 empresas do Sistema

para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativos do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e perdas por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.	• de 15 a 30 dias.....	B
	• de 31 a 60 dias.....	C
	• de 61 a 90 dias.....	D
	• de 91 a 120 dias.....	E
	• de 121 a 150 dias.....	F

a) **Moeda funcional e de apresentação**
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabeleça que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes, a partir da futura taxa de conversão, são registradas pelo valor de resgate. As receitas e despesas são apropriadas, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas para o nível "I", sendo que a provisão é atualizada a cada mês, até atingir o nível "C", quando então, são baixadas para o nível "A", contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações de curto prazo, cujo vencimento não excede, no momento da aquisição, o prazo de 12 meses. Os equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo, de liquidez imediata, com prazo de vencimento inferior a 90 dias.

apresentam uma insignificante alteração de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Seus créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários serão Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 Lei nº 11.941/09, não tendo efeito para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

■ continua... ■



Volume 124 • Número 39 Página 48
São Paulo, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.485.541/0001-06

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

h) Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

j) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

- Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 10.

k) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional	2	2
Total de disponibilidades (caixa)	2	2
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	20.493	28.470
Total de caixa e equivalentes de caixa	20.495	28.472

(1) Referem-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Composição total das carteiras e prazos

Em 31 de dezembro - R\$ mil										
	Curso normal				Total					
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2013	%	2012	%
Operações de crédito										
Empréstimos	222	112	-	-	-	-	334	0,8	1.671	4,0
Total das operações de crédito	222	112	-	-	-	-	334	0,8	1.671	4,0
Avais e fianças (1)	-	-	-	-	-	39.045	39.045	99,2	40.080	96,0
Total em 2013	222	112	-	-	-	39.045	39.379	100,0	41.751	100,0
Total em 2012	222	111	111	380	847	40.080			41.751	100,0

(1) Contabilizados em contas de compensação.

b) Modalidades e níveis de riscos

Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	D	Total		Total	
		2013	%	2012	%
Operações de crédito					
Empréstimos	334	334	100,0	1.671	100,0
Total em 2013	334	334	100,0	1.671	100,0
Total em 2012	1.671			1.671	100,0

c) Concentração das operações de crédito e outros créditos

Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	2013	%	2012	%
Maior devedor	334	100,0	1.671	100,0
Dez maiores devedores	334	100,0	1.671	100,0

d) Setor de atividade econômica

Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	2013	%	2012	%
Setor privado				
Indústria	334	100,0	1.671	100,0
Total	334	100,0	1.671	100,0

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro - R\$ mil							
Nível de risco	Saldo da carteira			Mínimo requerido	Provisão		
	Curso normal	Total	%		Requerida Genérica	Total Geral	
D	334	334	100,0	10,0	33	33	167
Total em 2013	334	334	100,0		33	33	
%	100,0	100,0			100,0	100,0	
Total em 2012	1.671	1.671			167	167	
%	100,0	100,0			100,0	100,0	

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Em 31 de dezembro - R\$ mil										
Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)	Participação no capital social	Lucro líquido ajustado	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)		
						2013	2012	2013	2012	2012
Tibre Holdings Ltda.	218.660	425.646	-	194.660	100,00000	37.285	425.646	37.285	28.550	
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi	1.028.459	1.334.860	31.268	-	7.266302	68.500	96.995	4.977	6.677	
Embaúba Holdings Ltda.	551.937	1.003.611	-	460.134	83,367175	69.121	836.682	782.415	57.556	256.751
Outros Investimentos							666	506	387	325
Total						1.359.989	1.289.656	100.205	292.303	

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas Companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis.

b) Composição de outros investimentos

Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2013	2012
Investimentos por incentivos fiscais	14.559	14.559
Títulos patrimoniais	42	42
Outros investimentos	11.271	11.267
Subtotal	25.872	25.868
Provisão para perdas com investimentos por incentivos fiscais	(10.532)	(10.532)
Provisão para perdas em outros investimentos	(10.233)	(10.233)
Subtotal	(20.765)	(20.765)
Total	5.107	5.103

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

III - Movimentação das provisões

Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Fiscais e previdenciárias (1)		
	Cíveis		
Saldo no início do exercício	13.272	13.526	
Constituições líquidas de reversões e baixas	7	-	
Atualização monetária	-	186	
Pagamentos	(282)	-	
Saldo no final do exercício (Nota 11a e 11b)	12.997	13.712	

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	1 a 30 dias	181 a 360 dias	Total	
			2013	2012
Aplicação no mercado aberto:				
Posição bancada	20.493	-	20.493	28.470
Notas do tesouro nacional	20.493	-	20.493	28.470
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	758.030	758.030	671.382
Total em 2013	20.493	758.030	778.523	
Total em 2012	28.470	671.382		699.852

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013		2012
Rendas de aplicações em operações compromissadas:			
Posição bancada	1.753		607
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	56.449		46.726
Total (Nota 6b)	58.202		47.333

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Em 31 de dezembro - R\$ mil						
Títulos	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2013		2012	
			Valor de mercado/ contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (1)
Títulos para negociação (2)						
Letras financeiras do tesouro	8.413	4.982	13.395	13.395	1	30.895
Total em 2013	8.413	4.982	13.395	13.395	1	
Total em 2012	18.517	12.378				30.895

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes; e

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013		2012
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	58.202		47.333
Títulos de renda fixa	1.981		2.423
Total	60.183		49.756

c) O Boavista não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013		2012
Saldo inicial	167		324
Reversão de provisão	(134)		(157)
Saldo final	33		167
Provisão genérica (1)	33		167
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (2)	1.246		1.009

(1) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação; e

(2) Registradas em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

No período não ocorreram renegociações de operações de crédito.

8) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

Refere-se a dividendos a receber, no montante de R\$ 152.447 mil (2012 - R\$ 154.081 mil).

b) Diversos

Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013		2012
Tributos antecipados	189.506		183.557
Depósitos para interposição de outros recursos	119.713		135.613
Créditos a receber (Nota 19a) (1)	69.988		84.447
Depósitos para interposição de recursos fiscais	59.942		57.684
Créditos tributários (Nota 18c)	25.048		31.274
Total	464.197		492.575

(1) Refere-se a Direitos a Receber dos ex-controladores.

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	2013	2012
Impostos e contribuições a recolher (1)	82.452	100.139
Provisões fiscais (Nota 10b)	13.712	13.526
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	7.561	10.260
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 18c)	2.285	4.030
Total	106.010	127.955

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
AMBEV S.A.	22
ARTERIS S.A.	14
BANCO BOAVISTA INTERATLANTICO SA	48
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	37
PORTO SEGURO S/A	2
TELEFÔNICA DATA S.A.	44

...continuação

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.485.541/0001-06
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2013	2012
Lucro líquido	129.335	319.683
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(6.466)	(15.984)
Base de cálculo	122.869	303.699
Dividendos propostos	1.229	3.037
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações	0,48	1,18

13) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Serviços técnicos especializados	3.441	2.493
Propaganda e publicidade	262	285
Comunicações	25	30
Transportes	22	20
Serviços do sistema financeiro	14	25
Outras	155	83
Total	3.919	2.936

14) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Contribuição à COFINS	2.792	3.156
Contribuição ao PIS	453	513
Impostos e taxas	38	173
Total	3.283	3.842

15) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Reversão de outras provisões operacionais	120	5.526
Variações monetárias ativas	8.207	28.059
Atualização monetária sobre depósitos	2.365	2.167
Outras	4	231
Total	10.696	35.983

16) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Juros sobre obrigações	17.168	21.220
Doações	-	2.600
Provisões cíveis	47	1.904
Patrocínio de caráter cultural	93	150
Outras	33	435
Total	17.341	26.309

17) TRANSAÇÕES COM O CONTROLADOR, CONTROLADA E COLIGADAS

a) As transações com o controlador, empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013 Ativos (passivos)	2012 Ativos (passivos)	2013 Receitas (despesas)	2012 Receitas (despesas)
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	758.030	671.382	56.449	46.726
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.	20.493	28.470	1.753	607
Dividendos:				
Banco Bradesco S.A.	(1.229)	(3.037)	-	-
Embaúba Holdings Ltda.	547	2.438	-	-
Tibre Holdings Ltda.	151.848	151.494	-	-
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi	47	63	-	-
Outras	5	75	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da organização Bradesco e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento baseado em Ações, aprovado pela resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

18) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	147.976	346.267
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(59.190)	(138.507)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	40.082	116.921
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(1.792)	(1.802)
Outros valores	2.259	(3.196)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(18.641)	(26.584)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Boavista Interatlântico S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(12.415)	(17.337)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	(107)	(2.355)
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social	(2.295)	(2.769)
Prejuízo fiscal	(3.824)	(4.123)
Total dos impostos diferidos	(6.226)	(9.247)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(18.641)	(26.584)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2012	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	581	-	53	528
Provisões cíveis	5.309	19	129	5.199
Provisões fiscais	4.660	74	-	4.734
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	1.444	-	-	1.444
Provisão para desvalorização de bens não de uso	35	-	8	27
Outros	1.828	130	140	1.818
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	13.857	223	330	13.750
Prejuízo fiscal e base negativa	17.417	-	6.119	11.298
Total dos créditos tributários (Nota 8b)	31.274	223	6.449	25.048
Obrigações fiscais diferidas (Nota 11a)	4.030	248	1.993	2.285
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	27.244	(25)	4.456	22.763

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa

	Em 31 de dezembro de 2013 - R\$ mil			
	Prejuízo fiscal e base negativa			
	Diferenças temporárias Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
2014	2.152	1.488	4.581	2.689
2015	2.701	1.742	2.665	1.363
2016	3.370	1.994	-	-
2017	189	114	-	-
Total	8.412	5.338	7.246	4.052

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 23.888 mil (2012 - R\$ 29.366 mil), sendo R\$ 12.938 mil (2012 - R\$ 13.200 mil) de diferenças temporárias e R\$ 10.950 mil (2012 - R\$ 16.166 mil) de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 2.285 mil (2012 - R\$ 4.030 mil) relativa à atualização monetária de depósitos judiciais.

19) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Por força do Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Integração Empresarial e Outros Pactos, de 7 de julho de 2000, firmado com o Banco Bradesco S.A., os ex-controladores do Banco Boavista, julgaram oportuno o exercício da opção para aderir ao PAES, objetivando o parcelamento de débitos tributários e previdenciários junto à União, por eles garantidos, os quais vinham sendo questionados nas esferas administrativa e judicial, no montante de R\$ 165.340 mil, conforme faculdade instituída pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

Conforme a referida legislação, os valores objeto de parcelamento serão quitados no prazo mínimo de 120 meses e máximo de 180 meses, devidamente atualizados pela TJLP.

Os valores atualizados relativos às obrigações fiscais de R\$ 82.113 mil (2012 - R\$ 98.961 mil) e o respectivo direito a receber dos ex-controladores R\$ 69.988 mil (2012 - R\$ 84.447 mil), por força do citado instrumento estão, respectivamente, registrados em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 10a) e outros créditos - diversos (Nota 8b).

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.

O Boavista como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível quantificar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

d) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de contribuição para o PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da seguridade Social - Cofins. A Instituição aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes.

e) Não houve outros eventos subsequentes que requerem ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Boavista Interatlântico S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2013, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 24 de fevereiro de 2014



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Cláudio Rogério Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Diário Oficial
Estado de São Paulo

Volume 124 • Número 39
São Paulo, quarta-feira, 26 de fevereiro de 2014

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DO.online

Descubra 120 anos de história.
Agora, você tem todo o acervo do Diário Oficial,
disponível desde 1891, com a busca por palavra-chave.
Gratuitamente.

Imprensa Oficial, garantia de transparência
e segurança da informação.

www.imprensaoficial.com.br

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.485.541/0001-08

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, do Banco Boavista Interatlântico S.A. (Banco Boavista), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, o Banco Boavista registrou Lucro Líquido de R\$ 129,3 milhões, correspondente a R\$ 50,34 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 27,7 bilhões e Ativos Totais de R\$ 2,8 bilhões.

Osasco, SP, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				PASSIVO			
ATIVO		2013		2012		2013	
CIRCULANTE		970.743		920.890		23.987	
DISPONIBILIDADES (Nota 4)		2		2		23.987	
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)		778.523		699.852		46.892	
Aplicações no Mercado Aberto		28.470		20.493		1.229	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		758.030		671.382		22.531	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)		13.395		30.895		36.749	
Carteira Própria		4.734		22.903		227	
Vinculados à Prestação de Garantias		7.962		7.962		-	
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		982		4		96.476	
Transferências Internas de Recursos		982		4		96.476	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)		301		1.504		83.479	
Operações de Crédito		334		1.671		12.997	
- Setor Privado		334		1.671		-	
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa		177.540		188.633		2.654.480	
OUTROS CRÉDITOS		152.447		154.081		2.529.135	
Rendas a Receber (Nota 8)		25.093		34.552		1.300.000	
Outros Valores e Bens		68		88		1.354.128	
Provisões para Desvalorizações		68		88		352	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		439.104		458.023		3.113	
OUTROS CRÉDITOS		439.104		458.023		-	
Diversos (Nota 8b)		1.365.096		1.294.764		-	
PERMANENTE		1.365.096		1.294.764		-	
INVESTIMENTOS (Nota 9)		1.365.096		1.294.764		-	
Participações em Coligadas e Controladas:		-		-		-	
- No País		1.359.989		1.289.656		-	
Outros Investimentos		25.872		25.869		-	
Provisões para Perdas		20.765		20.765		-	
IMOBILIZADO DE USO		-		5		-	
Móveis e Equipamentos de Uso		-		5		-	
TOTAL		2.774.943		2.673.677		2.774.943	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre		Exercícios findos em	
	2013	2012	2013	2012
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	34.766	61.478	59.911	59.911
Operações de Crédito	266	1.295	1.155	1.155
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	34.500	60.183	49.756	49.756
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	67	134	157	157
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7)	67	134	157	157
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	34.699	61.344	59.754	59.754
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	54.485	86.358	295.199	295.199
Outras Despesas Administrativas (Nota 13)	11.654	12.030	11.038	11.038
Despesas Tributárias (Nota 14)	1.851	3.283	3.842	3.842
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	60.723	100.205	292.303	292.303
Outras Receitas Operacionais (Nota 15)	5.795	10.680	10.680	10.680
Outras Despesas Operacionais (Nota 16)	8.530	17.341	26.309	26.309
RESULTADO OPERACIONAL	89.318	147.970	346.267	346.267
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	89.318	147.970	346.267	346.267
RESULTADO ANTES DA DISTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO	89.318	147.970	346.267	346.267
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 18)	(10.829)	(18.641)	(26.584)	(26.584)
LUCRO LÍQUIDO	78.489	129.335	319.683	319.683
Lucro por lote de mil ações em R\$	2.569.275,469	2.569.275,469	2.569.275,469	2.569.275,469
Lucro por lote de mil ações em R\$	30,55	50,34	124,43	124,43

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre		Exercícios findos em	
	2013	2012	2013	2012
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	89.318	147.970	346.267	346.267
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(60.639)	(100.151)	(295.838)	(295.838)
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	67	134	157	157
- Despesas com Provisões Cíveis e Fiscais	67	134	157	157
- Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	60.723	100.205	292.303	292.303
- Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(67)	(134)	(157)	(157)
- Reversão de Provisão para Desvalorização de Ativos	15	1.038	1.038	1.038
- Perda na Venda de Investimentos	28.679	47.825	50.429	50.429
Lucro Líquido Ajustado	28.679	47.825	50.429	50.429
(Aumento/Redução em Depósitos Interfinanceiros e Interdependências	(32.172)	(86.547)	(99.746)	(99.746)
(Aumento/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	18.590	17.500	17.500	17.500
(Aumento/Redução em Títulos para Negociação	668	1.339	1.339	1.339
(Aumento/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	571	24.739	10.096	10.096
(Aumento/Redução) em Depósitos Interfinanceiros de Liquidez	(8.254)	(18.689)	(422)	(422)
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.382	(31.000)	(84.747)	(84.747)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	3.382	(31.000)	(84.747)	(84.747)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:	6	6	6	6
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	6	6	6	6
Alienação de Investimentos	(4)	(7.664)	200	200
Aquisição de Investimentos	202	33.818	106.336	106.336
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas	198	26.160	106.336	106.336
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:	(3.037)	(3.037)	(2.084)	(2.084)
Dividendos Pagos	(3.037)	(3.037)	(2.084)	(2.084)
Fluxo de Caixa Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(3.037)	(3.037)	(2.084)	(2.084)
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	843	(7.977)	19.795	19.795
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	19.852	28.472	8.767	8.767
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	20.695	20.495	28.472	28.472
Aumento/Redução (Liquidez) de Caixa e Equivalentes de Caixa	843	(7.977)	19.795	19.795

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco Boavista Interatlântico S.A. (Boavista ou Instituição) é uma instituição financeira múltipla, que tem por objetivo efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio. O Boavista é parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas atividades conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiro e de capital, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 4.046/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Normativo Nacional (CMM) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Ajuste de apuração de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas predefinidas pelo valor de mercado em determinado período futuro são reconhecidas no resultado quando da efetiva realização, com a redução dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações Interfinanceiras de liquidez
As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação
• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período de ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período de ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.
• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
• Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se existirem preços de mercado não estiverem disponíveis, o valor justo é baseado em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de crédito, outros créditos e provisão para créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMM, que requerem a classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera o histórico de inadimplência, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMM, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMM.

A avaliação (loss) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do valor efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando da efetiva realização da operação, ou quando os novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.
A provisão estimada para ativos ou passivos com características semelhantes é ajustada em valor suficiente para cobrir perdas e leva em consideração as normas e instruções do CMM e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".
Os créditos tributários sobre as operações de crédito são realizados quando da utilização efetiva reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.
Form constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas contempladas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro líquido do período, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como o origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 18.

h) Investimentos
Os investimentos em controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMM, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 10.

Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base pro rata dia) e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores contábeis e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base pro rata dia).

Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

<

continuação

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.495.541/0001-06

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Composição total das carteiras e prazos

	Curso normal						Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2013	%	2012	%
Operações de crédito										
Emprestimos	222	112	-	-	-	-	334	0,8	1.671	4,0
Total das operações de crédito	222	112	-	-	-	-	334	0,8	1.671	4,0
Avais e fianças (1)	-	-	-	-	-	39.045	39.045	99,2	40.080	96,0
Total em 2013	222	112	-	-	-	39.045	39.379	100,0	-	-
Total em 2012	222	111	111	380	847	40.080	-	-	41.751	100,0

(1) Contabilizadas em contas de compensação.

b) Modalidades e níveis de riscos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	D	2013	%	2012	%	Total	2013	%	2012	%
Operações de crédito										
Emprestimos	334	334	100,0	1.671	100,0		167		324	
Total em 2013	334	334	100,0	1.671	100,0		167		324	
Total em 2012	1.671			1.671	100,0		1.246		1.009	
c) Concentração das operações de crédito e outros créditos										
2013										
334	100,0	1.671	100,0							
334	100,0	1.671	100,0							
d) Setor de atividade econômica										
2013										
334	100,0	1.671	100,0							
334	100,0	1.671	100,0							
e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa										
2013										
334	100,0	1.671	100,0							
334	100,0	1.671	100,0							
f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa										
2013										
167										
167										
33										
33										
1.246										

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)	Participação no capital social	Lucro líquido	Valor contábil	2013	2012	Ajuste decorrente de avaliação (1)	2012
Empresas										
Tiara Holdings Ltda	218.660	425.646	134.660	100,000000	37.285	425.646	381.054	37.285	28.550	381.054
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi	1.028.459	1.334.860	31.268	7.265302	68.500	96.995	125.681	4.977	6.677	125.681
Embalagens Holdings Ltda	551.937	1.003.611	460.134	83.367175	69.121	836.662	782.415	57.556	256.751	782.415
Outros investimentos						695	506			506
Total						1.359.989	1.289.656	100.205	292.303	1.289.656

(1) Os ajustes decorrentes da avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas Companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis.

b) Composição de outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Investimentos por incentivos fiscais	14.559	14.559								
Títulos patrimoniais	42	42								
Outros investimentos	11.271	11.267								
Subtotal	25.872	25.868								
Provisão para perdas com investimentos por incentivos fiscais	(10.523)	(10.523)								
Provisão para perdas em outros investimentos	(10.233)	(10.233)								
Subtotal	(20.756)	(20.756)								
Total	5.107	5.103								

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido sob o defeito da ação, representado por sistemas judiciais, sobre os quais não cabia mais recursos, ou a sua prescrição.

c) Passivos contingentes

São passivos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

d) Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

III - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Saldo no início do exercício	13.272	13.526								
Constituições líquidas de reversões e baixas	-	-								
Atualização monetária	(282)	186								
Pagamentos	12.997	13.712								
Saldo no final do exercício (Nota 11a e 11b)	12.997	13.712								

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré", e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivas, se necessárias, a reclassificação dos riscos desses processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido sob o defeito da ação, representado por sistemas judiciais, sobre os quais não cabia mais recursos, ou a sua prescrição.

d) Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

11) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

Impostos e contribuições a recolher (1) 100.139

Provisões fiscais (Nota 10b) 13.526

Impostos e contribuições sobre lucros a pagar 10.260

Provisão para imposto de renda diferido (Nota 18c) 4.030

Total 127.955

(1) Inclui R\$ 82.113 mil (2012 - R\$ 98.961 mil) referente ao PAES, instituído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (Nota 19a).

b) Diversas

Provisões cíveis (Nota 10b) 13.272

Outras 278

Total 13.550

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Capital social no montante de R\$ 1.300.000 mil (2012 - R\$ 1.231.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, representado por 2.569.275.469 ações ordinárias, nominativas e escriturais sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

Em 31 de dezembro de 2012

Aumento de capital com reservas - ADOE de 16.4.2013 (1) 69.000

Total 2.569.275.469

Em 31 de dezembro de 2013

(1) Em 24 de maio de 2013, o BACEN homologou a deliberação para aumento do capital social, no montante de R\$ 69.000 mil, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte dos saldos das contas "Reservas de Lucro", sendo R\$ 32.432 mil de Reserva Legal e R\$ 36.568 mil de Reserva Estatutária.

c) Reservas de lucros

Reservas de lucros

Reserva legal (1) 1.354.128

Reserva estatutária (2) 1.302.214

Total 2.656.342

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir 20% do capital social líquido, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especiais, semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						Em 31 de dezembro de 2013 - R\$ mil			
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Lucro líquido	129.335	319.683								
(1) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(6.466)	(15.984)								
Base de cálculo	122.869	303.699								
Dividendos propostos	1.229	3.037								
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%								
Valor em Real por lote de mil ações	0,48	1,18								

13) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Serviços técnicos especializados

Propaganda e publicidade

Comunicações

Transportes

Serviços do sistema financeiro

Outras

Total

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

2013 2012

3.441 2.493

262 285

25 20

22 20

14 25

155 83

3.919 2.936

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

2013 2012

2.792 3.156

453 501

38 173

3.283 3.842

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

2013 2012

129.335 319.683

(6.466) (15.984)

122.869 303.699

1.229 3.037

1,0% 1,0%

0,48 1,18

Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil

2013 2012

17.168 21.220

- 2.600

1.904 1.904

83 150

33 435

17.341 23.309

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro - R\$ mil

2013 2012

167 324

(134) (157)

33 167

33 167

1.246 1.009

(1) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação; e

(2) Registradas em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

No período não ocorreram renegociações de operações de crédito.

8) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

Refere-se a dividendos a receber, no montante de R\$ 152.447 mil (2012 - R\$ 154.081 mil).

b) Diversos

Em 31 de dezembro - R\$ mil

2013 2012

189.506 183.557

119.713 135.613

69.444 84.476

59.942 57.684

25.048 31.274

464.197 492.575

(1) Refere-se a Direitos a Receber dos ex-controladores.

17) TRANSACÇÕES COM O CONTROLADOR, CONTROLADA E COLIGADAS

...continuação

Banco Boavista Interatlântico S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.485.541/0001-08

Sede: Cidade de Deus - Prédio Praia - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do

Banco Boavista Interatlântico S.A.
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Boavista Interatlântico S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a seleção de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito das informações e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinão

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Boavista Interatlântico S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2013, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 24 de fevereiro de 2014

Claudio Rogério Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0



Sempre é o mesmo jeito, trabalhamos em situações de semi-escravidão.

Raul Mock, médico cubano

Médico cubano denuncia exploração

Exilado no Brasil, Raul Mock conta que seu nome foi retirado do programa Mais Médicos e que sua classe sofre com a falta de clareza de Cuba quanto a salário.

Victória Britto

O médico cubano Raul Ernesto Mock Pol, cujo vídeo circulava pela internet com denúncias contra o Programa Mais Médicos do governo federal, confirmou em entrevista ao DC que o governo brasileiro o teria excluído do programa, mesmo depois de ter passado nos exames. Ele é visto como "desertor".

Em 2009, o médico cubano abandonou um convênio feito entre Cuba e Venezuela, e fugiu para o Brasil, onde vive até hoje. No ano passado, Raul Ernesto se inscreveu no Programa Mais Médicos e, depois de ter sido classificado, seu nome teria sido "apagado da lista oficial por razões políticas".

Raul saiu da ilha em 2007 para trabalhar na Venezuela por meio de um acordo entre os governos. Segundo ele, o trabalho era "em formato de semi-escravidão onde todos trabalhavam por um salário miserável".

"Antes de sair de Cuba, não nos informaram o quanto íamos ganhar, mas garantiram que seria o suficiente", revela. O salário, de acordo com Raul, era de cerca de US\$ 100 mensais. "Não dava para nada".

Dois anos depois, ele decidiu fugir da Venezuela e atravessar a fronteira com o Brasil. Assim que chegou, pediu refúgio político aqui, que lhe foi negado. Hoje ele vive em São Paulo com a mulher brasileira e tem visto permanente.

Em 2013, Raul soube do Mais Médicos e se inscreveu no 2º ciclo. "Vi numa lista do Ministério da Saúde que eu estava classificado e homologado para trabalhar em Santa Isabel, São Paulo. Mas no dia seguinte, quando saiu a lista oficial, meu nome não estava mais lá".

Raul ligou para a Secretaria de Saúde de São Paulo e foi informado que o caso iria ser

avaliado. "Até hoje ninguém me ligou".

Procurado para dar esclarecimentos sobre o caso, o Ministério da Saúde não se manifestou até o fechamento dessa edição, na noite de ontem.

"Como eu fugi da Venezuela, Cuba passou a me considerar desertor. De alguma forma isso pesou e influenciou para que me tirassem do programa brasileiro", disse o médico.

Raul Ernesto publicou a denúncia em um vídeo e, nele, menciona o caso da médica cubana Ramona Rodríguez que abandonou o Mais Médicos porque ganhava menos do que o que havia sido prometido. "Sempre é o mesmo jeito, trabalhamos em situações de semi-escravidão. Ramona também foi enganada".

O vídeo foi feito com ajuda da Associação Médica Brasileira (AMB). "Eu vi o pronunciamento da AMB no caso da Ramona e decidi pedir ajuda". A AMB afirmou que Raul Ernesto



Reprodução

imigrei para o Brasil da missão da Venezuela.

Exilado no Brasil, o cubano Raul Mock publica vídeo com denúncias de trabalho análogo à escravidão.

contatou a associação assim que lançou, em 13 de fevereiro, o programa de Apoio ao Médico Estrangeiro. Entre os serviços oferecidos estão assessoria jurídica para pedido de refúgio ou asilo no Brasil, curso preparatório para o exame Revalida e aulas de português. Para o futuro, o médico

pretende prestar o Revalida e clínico no Brasil livremente. Raul tem família e um filho em Cuba. "Não temo, sei que ele está seguro", disse.

Oposição pede inquérito para investigar fraude de Chioro

A oposição entra com representação. Quer saber se houve fraude à lei.

A oposição entrou ontem com uma representação na Procuradoria-Geral da República pedindo a abertura de inquérito civil público para investigar se houve fraude à lei para Arthur Chioro assumir o Ministério da Saúde. A iniciativa veio um dia após a Comissão de Ética Pública da Presidência arquivar denúncia do PPS contra ele.

Na representação, o líder do PPS na Câmara, Rubens Bueno (PR), argumenta que Chioro era proprietário da empresa de consultorias Consaúde, especializada na área e prestadora de serviços para prefeituras de São Paulo.

Para o partido, o fato representa evidente conflito de interesses entre a atividade privada e as atribuições de ministro da Saúde.

COTAS PARA A ESPOSA

O líder do PPS destaca ainda que, com o propósito de afastar a caracterização do conflito, Chioro, conforme foi noticiado pela imprensa, teria transferido suas cotas na Consaúde à sua esposa Roseli Re-



Arthur Chioro, ministro da Saúde.

gis dos Reis. "Ao transferir as cotas da Consaúde para sua própria esposa ele pode ter praticado um ato de improbidade administrativa", afirma Rubens Bueno.

PROMESSA DE INATIVIDADE

Segundo voto do conselheiro da Comissão de Ética Pública, Marcelo Alencar de Araújo, que foi acompanhado pela maioria do colegiado, não ficou configurado descumprimento de "compromisso moral" por parte do ministro, já que foi apresentada Declaração de Inatividade da Consaúde Consultoria. No documen-

to, Roseli Régis dos Reis, esposa e sócia, declara que a empresa "ficará inativa de suas atividades" por "tempo indeterminado".

No relatório, Marcelo Araújo diz ainda que a "mera cessão de cotas da sociedade em data anterior a da assunção no cargo de ministro de Estado não permite a avaliação da conduta da autoridade".

CONFLITO DE INTERESSES

Citando o código de conduta da Administração Pública, o relator alega que a pessoa, ao assumir um cargo público, pode prevenir a ocorrência de conflito de interesses abrindo mão ou licenciando-se do cargo em questão.

Como a empresa foi declarada como inativa, o relator sugere que, se as atividades da Consaúde forem retomadas, o ministro Arthur Chioro evite o conflito de interesses e não pratique "ato em benefício de interesse de pessoa jurídica de que participe o agente público, seu cônjuge" ou parentes de até terceiro grau. (Agências)

PF faz greve de 48 horas

Agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal iniciaram ontem uma greve de 48 horas. Segundo a Federação Nacional dos Policiais Federais, profissionais de todos os estados e também do Distrito Federal aderiram ao movimento que reivindica aumento salarial, reestruturação de carreira e novo concurso para mais vagas. Na maioria dos estados, a paralisação foi parcial e vários serviços prestados à população não foram interrompidos.



Joel Rodrigues/Frango

Agentes da PF fazem enterro simbólico da segurança pública

pizzimenti
PRODUTOS PARA CONSTRUÇÃO

SUA CONSTRUÇÃO OU REFORMA COMEÇA AQUI!

Trabalhamos com as melhores marcas

3M Makita BOSCH

Carrinho com chapa 22, e mais 15 mil itens a sua disposição

Aqui você encontra a maior variedade de produtos e ferramentas de todos os tipos



A Pizzimenti possui diversas linhas de produtos:

Ferramentas manuais, equipamentos de proteção individual (EPI) e de sinalização, máquinas, lonas e telas, escadas, impermeabilizantes, material de fixação, elétrica, hidráulica, pintura, movimentação de cargas, cordas, correntes, ferragens, lubrificantes e muito mais.

CONFIRA NOSSO SITE E SEJA NOSSO CLIENTE.

pizzimenti.com.br

Rua Carneiro Leão, 143 - Brás - São Paulo - SP (11) 3340-7200